

Por uma geografia multidimensional, relacional e crítica

For a critical, relational and multidimensional geography

Por una geografía multidimensional, relacional y crítica



Fábio Rodrigues da Costa

Universidade Estadual do Paraná – Campo Mourão – Paraná – Brasil

frcosta79@gmail.com

Resumo: Em um início de século conturbado e caracterizado pela produção de um espaço geográfico mundial cada vez mais fluido e em constante transformação, é necessário perguntarmos que papel a Geografia desempenha na atualidade. Nesse aspecto, o presente artigo tem como objetivos: a) refletir sobre o conhecimento produzido pela Geografia; b) debater a importância do conhecimento geográfico para a sociedade e; c) analisar a contribuição de uma Geografia multidimensional, relacional e crítica. Para atingir os objetivos explicitados, procuramos, no transcorrer do texto, discutir quais são as prerrogativas da Geografia no século XXI. Defendemos que uma análise multidimensional, relacional e crítica do espaço geográfico permite aos sujeitos compreenderem que a crise ambiental, os problemas socioeconômicos e os conflitos geopolíticos existentes no mundo são produtos das decisões políticas, tomadas pelos próprios seres humanos, na busca por acumulação de capital. Reverter essa situação é tarefa para os que acreditam na produção de um mundo melhor.

Palavras-chave: Conhecimento geográfico. Sociedade. Espaço.

Abstract: In a disturbing beginning of century, characterized by the production of a worldwide geographic space each time more fluid and in constant transformation, it is necessary to ask about the role Geography

plays nowadays. In such aspect, this article aims at: a) reflecting about the knowledge produced by Geography; b) discussing the importance of geographic knowledge for society; and c) analyzing the contribution of a critical, relational and multidimensional Geography. As means to reach these goals, we seek to discuss, throughout the text, the prerogatives of Geography in the 21st century. We defend that a critical, relational and multidimensional analysis of geographic space allows the subjects to understand that environmental crisis, socioeconomic problems and geopolitical conflicts are products of political decisions, taken by human beings themselves, in search for capital accumulation. Reversing such situation is a task for those who believe in the production of a better world.

Keywords: Geographic knowledge. Society. Space.

Resumen: En un inicio de siglo conturbado y caracterizado por la producción de un espacio geográfico mundial cada vez más fluido y en constante transformación, es necesario preguntar qué papel desempeña la Geografía en la actualidad. En este aspecto, el presente artículo tiene como objetivos: a) reflexionar sobre el conocimiento producido por la Geografía; b) debatir la importancia del conocimiento geográfico para la sociedad y; c) analizar la contribución de una Geografía multidimensional, relacional y crítica. Para alcanzar los objetivos explicitados, buscamos, en el transcurso del texto, discutir cuáles son las prerogativas de la Geografía en el siglo XXI. Defendemos que un análisis multidimensional, relacional y crítico del espacio geográfico permite a los sujetos comprender que la crisis ambiental, los problemas socioeconómicos y los conflictos geopolíticos existentes en el mundo son productos de las decisiones políticas, tomadas por los propios seres humanos, en la búsqueda de acumulación de capital. Revertir esta situación es tarea para los que creen en la producción de un mundo mejor.

Palabras clave: Conocimiento geográfico. Sociedad. Espacio.

Introdução

Nas primeiras décadas do século XXI novas tecnologias são introduzidas a todo o momento e alteram a dinâmica da vida cotidiana das pessoas. Dois grandes fenômenos corroboram para que isso ocorra: a informação, que flui com grande velocidade, e o processo de globalização, que produz uma tensão dialética entre o global e o local. Esses fenômenos aliados às novas tecnologias são responsáveis pelo mundo estar cada vez mais conectado e pela aproximação virtual dos indivíduos. Apesar dessa aproximação, percebemos que, de maneira contraditória, aumenta cada vez mais as desigualdades socioeconômicas, fruto de uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

Diante do exposto, notamos que no modo de produção capitalista quanto mais o homem faz apelo ao desenvolvimento, mais se percebe a pressão sobre a exploração da natureza (para a obtenção de matéria prima) e sobre os próprios seres humanos. O resultado é a degradação do meio ambiente e da sociedade, o que afeta direta ou indiretamente a qualidade de vida dos cidadãos.

Frente à complexidade do mundo atual e aos desafios impostos por uma agenda cada vez mais globalizada, a produção de um conhecimento geográfico direcionado apenas para a localização e a descrição de pontos estratégicos para uso militar ou econômico não faz mais sentido. Nessa mesma perspectiva, uma Geografia crítica ortodoxa, pautada somente em um discurso transformador e limitado por seus próprios argumentos não é mais suficiente. É necessário avançar rumo a uma abordagem multidimensional, relacional e crítica para o enfrentamento dos complexos problemas que afetam a sociedade e a natureza.

Com base nos argumentos apresentados, os objetivos do artigo são: a) refletir sobre a importância do conhecimento produzido pela Geografia; b) debater qual é a contribuição da Geografia para a sociedade e; c) analisar o papel de uma Geografia multidimensional, relacional e crítica. Os objetivos explicitados foram elaborados com base nas seguintes inquietações: Qual é o objeto de estudo da Geografia? Para que serve a Geografia no século XXI? Qual a finalidade social do conhecimento produzido

pela Geografia? Tentaremos ao longo do artigo tratar da problemática apresentada, sem a pretensão de oferecer respostas definitivas.

O artigo está organizado em três partes e as considerações finais. Na primeira parte, discutimos o processo histórico de construção do objeto de estudo da Geografia, com ênfase no espaço geográfico. Na segunda parte, apresentamos os argumentos para demonstrar que a Geografia passa por uma crise marcada pela fragmentação da realidade, desatualização das informações produzidas, excesso de descrição nas pesquisas, desinteresse pelo seu conteúdo pelo público em geral, perda de relevância no ensino escolar e ausência de protagonismo no campo da inovação. Na terceira parte, defendemos a necessidade de uma reorganização da Geografia alicerçada na multidimensionalidade, capaz de relacionar as dimensões do conhecimento e oferecer uma análise crítica e complexa dos problemas sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais enfrentados pela sociedade na atualidade. Por fim, nas considerações finais apresentamos um conjunto de reflexões que reforçam a importância da Geografia no século XXI.

A definição do espaço geográfico como objeto de estudo

A organização científica da Geografia se deu no século XIX (ANDRADE, 1987; MORAES, 1983, 1989; CAPEL, 2004) e foi estimulada pela expansão comercial e industrial capitalista. A burguesia, para efetivar o comércio de média e longa distância, necessitava de um conhecimento geográfico confiável e preciso. Os estudos que ofereceram as primeiras bases para o desenvolvimento da Geografia científica foram elaborados por Bernard Varenius, Johann Reinhold Forster, Immanuel Kant, Alexander von Humboldt e Carl Ritter (CAPEL, 1974, 2004; MOREIRA, 2008; VITTE, 2014; COSTA, 2017). No entanto, a definição do campo de interesse da Geografia vem desde a Grécia antiga,

especialmente a partir do período clássico.

Sodré (1987, p. 14) argumentou que foram os povos gregos que definiram os: “[...] conhecimentos sobre a superfície da Terra como Geografia”. O próprio significado da palavra vem dos radicais gregos: Geo = Terra e grafia = escrita. Claval (2015) corrobora para tal compreensão:

[...] a geografia forma-se na Antiguidade. O termo, presente no De Mundo atribuído a Aristóteles, no século IV antes da nossa era, é consagrado no século seguinte, em Alexandria, mas o movimento no qual essa nova palavra se inscreve tem a sua origem no século VI, na Jónia (CLAVAL, 2015, p. 19).

Conforme constatou Dresch (2016), na Grécia antiga foi adotado como método da Geografia, a descrição e a localização da ocorrência dos fenômenos físicos e humanos existentes na superfície terrestre. O conhecimento produzido no período grego clássico – que influenciou o mundo ocidental por cerca de dois mil anos – foi reestruturado com maior intensidade a partir da revolução científica moderna ocorrida a partir do século XVII. Uma nova forma de pensar o mundo – a ciência moderna – foi introduzida com base nas ideias defendidas por Nicolau Copérnico, Francis Bacon, Galileu Galilei, Johannes Kepler, René Descartes, Isaac Newton, Immanuel Kant entre outros grandes pensadores (VITTE, 2015).

No âmbito do movimento de renovação da ciência, a Geografia foi inserida como disciplina na universidade, provavelmente pelo filósofo Immanuel Kant, que definiu o espaço como o seu objeto de estudo. Kant ministrou um curso de Geografia Física por cerca de quarenta anos na Universidade de Königsberg. Para o filósofo alemão, o espaço e o tempo são juízos *a priori* (VITTE, 2014).

Segundo Moreira (2008), espaço e tempo são para Kant dados do mundo que os seres humanos captam por meio da percepção dos fenômenos. Quando os seres humanos captam os fenômenos, estes já aparecem organizados em sua localização e extensão (o espaço) e nos movimentos de mudança do ontem para

o hoje (o tempo). Immanuel Kant relacionou a Geografia com a capacidade de percepção do espaço e a História como a narrativa dos fenômenos. Na obra kantiana cabe a Geografia a descrição do espaço e a História a narração do tempo (MOREIRA, 2008).

A influência do pensamento de Kant corroborou para que o espaço fosse considerado como o objeto de estudo da Geografia. No entanto, na maior parte da obra kantiana, o espaço é compreendido como fixo, estático e separado da sociedade e do tempo. De acordo com Soja (1993), tal tendência obstruiu o estabelecimento de uma sensibilidade crítica que via o mundo como construções geográficas e históricas.

Soja (1993) e Harvey (2006) defendem que é necessário compreender o dinamismo presente tanto no tempo, como no espaço, para entender as relações sociais. Para que isso de fato ocorresse foi preciso romper com a ideia inicial de espaço fixo, estático e isolado da sociedade, presente nas obras de Isaac Newton e Immanuel Kant. Com essa nova base, o espaço passou a ser compreendido como uma produção social em movimento, oriundo do trabalho humano realizado em sociedade.

A obra do filósofo francês Henri Lefebvre (1974) foi de grande valor para essa nova interpretação do conceito de espaço, que começou a ganhar força a partir da segunda metade da década de 1970. Segundo Maria Adélia de Souza (2015):

O espaço geográfico é a possibilidade histórica e concreta de manifestação desse hibridismo espaço/tempo, materialmente expresso nas paisagens pelo uso do território, mediado pela técnica, elemento subjacente a existência das paisagens. Assim, nesta perspectiva de trabalho, a Geografia tem como objeto de pesquisa e reflexão o ESPAÇO GEOGRÁFICO, sinônimo de totalidade em movimento (SOUZA, 2015, p. 10, destaque da autora.).

Moreira (2011, p. 63) também compreende que o espaço geográfico é o objeto de estudo da Geografia, visto que: “O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo”. Para o referido autor o espaço geográfico é o espaço produzido

socialmente.

Milton Santos (2009) contribuiu com um enfoque original para o avanço no entendimento da relação entre espaço e tempo. O autor considera o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações: "O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não" (SANTOS, 2008, p. 46).

Na discussão apresentada por Santos (2004, 2008, 2009), os objetos são, na atualidade, cada vez mais produtos da ação humana do que naturais. Os objetos são técnicos, possuem grande carga de informação e respondem às condições técnicas do momento histórico. Em virtude dos avanços da técnica foi possível, pela primeira vez na história, que um sistema de objetos tivesse condições de atuar em rede por toda parte via computador, internet, satélites artificiais, torres de transmissão, cabos de fibra óptica, telefonia móvel etc. Por sua vez, as ações são impulsionadas por interesses econômicos e políticos, especialmente os definidos pelos atores hegemônicos que controlam o capital. A velocidade da informação possibilita uma ação intencional orquestrada no tempo e no espaço em uma rede de localidades espalhada pela superfície terrestre. No entanto, são poucos os que verdadeiramente se beneficiam da fluidez possível.

Tendo como referência os argumentos apresentados, podemos afirmar que na atualidade não é possível estudar a sociedade sem considerar o tempo e o espaço, visto que o espaço passou a ser compreendido como dinâmico, em movimento, socialmente produzido por meio do trabalho, contraditório e em constante transformação. Para Claval (2015, p. 135), "O universo pós-moderno acabou com o fetichismo do tempo. Concebe ao espaço uma atenção que lhe deveria ter sido dada há muito tempo". Com isso:

As noções "fixas" da Geografia estão só imbuídas de senso comum. São anticientíficas. O lugar país, estado, cidade-capital, cidade, campo, cada um em-si é perene, imóvel, somente senso comum. A cientificidade geográfica de cada lugar se faz no outro

lugar. O em-si é ao mesmo tempo de-si, para-si, no outro. O lugar puro é uma ilusão kantiana. O lugar em movimento é uma verdade dialética (SILVA, 2017, p. 24).

Os estudos de Geografia produzidos na atualidade estão abandonando, cada vez mais, a noção fixa e estática de espaço e avançando rumo a uma compreensão mais complexa, que leva em consideração a natureza, o trabalho humano, a divisão do trabalho, a organização social, o movimento, a transformação, a contradição, a percepção e a cultura. Destarte, a Geografia se constitui em uma ciência:

[...] cujo conceito balizador de seus estudos é o espaço geográfico. Entende-se por espaço geográfico a materialização das práticas humanas sobre a superfície da terra (no sentido amplo). Trata-se de refletir sobre a produção do espaço na sua relação complexa e contraditória entre as práticas humanas que decorrem do seu modo de produzir, de sua forma de organizar socialmente e da construção de sua cultura (SUERTEGARAY, 2008, p. 195).

O espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, é produzido por meio do trabalho humano, está em movimento, expressa as contradições da sociedade de classe e revela seus antagonismos sociais e ambientais. Conforme verificou Silva (2017, p. 25), "O espaço social geográfico, produto da experiência científica não encontra seu aporte no chão e sim nas relações sociais [...]". Também na interpretação de Sodré (1987):

A Geografia deve estudar, com particular destaque, como o homem modifica a natureza e como essa modificação, variando ao longo dos tempos, dependeu essencialmente do nível das relações de produção e do caráter do regime de produção. Não há produção, em abstrato. Produção resulta do trabalho humano, principalmente. É o trabalho que regula, no fim de contas, a relação entre o homem e a natureza (SODRÉ, 1987, p. 118).

Desse modo, interessa para o geógrafo estudar a tríade espaço-tempo-sociedade, por meio: da dinâmica da natureza e dos problemas ambientais resultantes de práticas degradadoras; das transformações na paisagem; do uso do solo no espaço rural e urbano; do uso múltiplo da água e dos impactos nas bacias hidrográficas; das fontes de energia; das novas relações entre campo e cidade; da produção agrícola; da concentração fundiária; da industrialização e desindustrialização; do processo de urbanização e suas contradições no território; da segregação espacial; da dinâmica da população e das migrações forçadas; da xenofobia; das identidades culturais; do território e das relações de poder; da globalização como perversidade e como possibilidade; do desenvolvimento geográfico desigual e da relação local-global e global-local.

Portanto, é de incumbência dos pesquisadores da área de Geografia oferecer uma análise aprofundada de tais questões, que por sinal, são demasiadamente complexas. Para que isso de fato ocorra, é imprescindível que haja uma reorganização da Geografia. Antes de adentrarmos na temática sinalizada, vamos tratar da crise vivida pela Geografia na atualidade, as limitações que ela impõe aos avanços no conhecimento geográfico e a necessidade de sua superação.

Uma Geografia em crise

Podemos observar na herança deixada pela Geografia Clássica uma forte fragmentação e especialização do conhecimento. Um exemplo é à dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, bem como as inúmeras subáreas existentes. Na tabela de áreas do conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2017) aparece mais de 20 subáreas relacionadas com a Geografia. Isso tem como fundamento a Revolução Científica Moderna, que começou a partir do século XVII, especialmente por meio dos trabalhos do filósofo francês René Descartes e do inglês Francis Bacon. O todo foi dividido em partes e as áreas do conhecimento

foram se especializando e se restringindo ao estudo de parcelas da realidade. De acordo com o entendimento de Carvalho (2008):

Das bases lançadas, ainda no século XVII, pelo cogito cartesiano e pelo utilitarismo baconiano, ao apogeu corporativo proporcionado pelos fatos dos anos oitocentos, em que a profissionalização dos fazedores de ciência e os limites rígidos das fronteiras disciplinares se consolidaram, ou se estabeleceram, fortaleceu-se um princípio de simplificação que assentado sobre os mencionados alicerces, disjuntivo-redutores, indicaram o caminho tornado hegemônico no universo dos conhecimentos e dos saberes científicos (CARVALHO, 2008, p. 67).

A abordagem disciplinar difundiu-se, e gradualmente, conquistou o mundo acadêmico ocidental. A organização do conhecimento em disciplinas data do século XIX, com a criação das universidades modernas, sendo referência a Universidade Humboldt de Berlim, (fundada em 1810 por Wilhelm von Humboldt). Segundo Carvalho (2008), no referido contexto estabeleceu-se um universo corporativo-disciplinar que excluiu tudo que não fosse passível de redução às equações, enunciados, leis e controle. Para Morin (2001, p. 88), essa redução: “[...] tende a limitar o conhecimento ao que é mensurável, quantificável, formulável [...]”. Nesse ensejo, ganhou notoriedade na universidade a figura do pesquisador especialista.

Ainda assim, inicialmente, a Geografia resistiu à fragmentação do conhecimento. Pesquisadores da envergadura de Alexander von Humboldt e Carl Ritter, considerados pais da Geografia científica, preocuparam-se com a totalidade e evitaram restringir seu campo de pesquisa (COSTA, 2017). O livro *Cosmos*, escrito por Humboldt e publicado entre 1845 e 1862 é um bom exemplo. Conforme Sodré (1987, p. 33): “Humboldt defendia o conceito de unidade da natureza”. Na interpretação de Morais (1989), Humboldt tentou produzir uma ciência de síntese que estuda fenômenos variados na tentativa de estabelecer relações.

No entanto, com o passar do tempo e com a notoriedade alcançada por algumas áreas do conhecimento (como a Física, a

a Matemática e a Biologia), o processo de fragmentação e especialização do conhecimento chegou à Geografia e ganhou força no início do século XX. No contexto referenciado, Costa (2017) considerou que:

[...] a Geografia começou a perder as características holísticas que marcaram a sua sistematização baseada na integração dos elementos da natureza com o homem, e foi adquirindo características setoriais cada vez mais fragmentadas. O processo é fruto da influência cada vez maior do positivismo e do neokantismo nas ciências (COSTA, 2017, p. 56).

A fragmentação foi reforçada a partir do movimento denominado Nova Geografia, na década de 1950. Com isso, a dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana (resultado de uma compreensão do real que separa a sociedade da natureza) ganhou evidência e conduziu a criação de um grande número de disciplinas que praticamente não dialogam entre si. Se por um lado à fragmentação disciplinar permitiu o aprofundamento – verticalização do conhecimento com base no estudo de partes específicas da realidade –, por outro lado, inviabilizou a compreensão da totalidade. No momento atual, na interpretação feita por Souza (2015):

Epistemológica ou metodologicamente hoje em dia nossa ciência não se sustenta. Ou ela é destruída pela fragilidade metodológica (dissolução do objeto em dezenas de recortes temáticos sempre descritos) ou pelas tecnologias da informação. A fotografia, o cinema, o vídeo, o celular impõem a geografia uma nova prática científica. *Caso contrário ela não se sustenta!* Este é, sem dúvida, o pano de fundo da fragilidade e inconsistência de boa parte dos estudos geográficos hoje produzidos: superficiais, sem método, enciclopédicos, restritivos, desatualizadas pela própria dinâmica do mundo, vale dizer, pelas dinâmicas das paisagens (SOUZA, 2015, p. 19, grifo nosso).

É mister dizer que precisamos rever alguns dos caminhos percorridos pela Geografia, pois: “O conhecimento descritivo,

superficial, temático não se sustenta mais nestes tempos, dado o rigor requerido para o conhecimento de uma realidade complexa, dinâmica e mutante” (SOUZA, 2015, p. 21). Segundo verificou Morin(2001):

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários (MORIN, 2001, p. 13).

Os problemas ambientais, por exemplo, transitam da escala local (poluição da nascente de um pequeno córrego), até a escala global (poluição dos oceanos ou aquecimento global). Estudar questões globais exige ir além da fragmentação disciplinar e da descrição das suas características. Também é preciso estar atento para a totalidade, para a complexidade e para as possibilidades oferecidas pela interdisciplinaridade.

A crise por que passa a Geografia tem como base: 1) a fragmentação da totalidade e a desconexão entre as suas partes; 2) a dificuldade em religar as partes com o todo; 3) a desatualização das informações produzidas, especialmente em um mundo no qual a fluidez da comunicação é muito rápida; 4) o excesso de descrição que ainda está presente em inúmeras pesquisas; 5) o descaso com a inovação tecnológica ou a falta de domínio, em algumas áreas, do aparato tecnológico inovador e; 6) a dificuldade de oferecer respostas para os problemas complexos e cada vez mais globais que permeiam a sociedade e a natureza.

Na avaliação de Wanderley Messias da Costa (2002), a Geografia:

[...] incapacita-se também para liderar o novo modo técnico de planejar e operar políticas públicas territoriais em todas as escalas dos entes federativos, integrar do melhor modo possível aos seus redutos os resultados da pesquisa científica nos diversos campos, identificar e interpretar os novos processos sócio-espaciais e as novas configurações dos territórios, dentre outros desafios contemporâneos. Cedendo à armadilha do isolacionismo, sob o pretexto da crítica genérica, e discursando

sobre a revolução técnico-científica, mas sem dominá-la, produzi-la e liderá-la, a geografia poderá ter reduzida rapidamente a sua importância como campo científico dotado de relativa autonomia e legitimidade (COSTA, 2002, p. 60).

Ainda que se pese toda a intensidade da crise, é no seu próprio interior que vem sendo cunhada, já há algum tempo, as alternativas para a sua superação. No momento atual, um número significativo de geógrafos está, gradualmente, procurando romper com as tradicionais dicotomias: sociedade/natureza, tempo/espço, teoria/prática, cidade/campo, local/global, geografia humana/geografia física, ensino/pesquisa; bem como com as limitações da linearidade, da fragmentação, do conhecimento disciplinar fechado e da ausência ou limitação de inovação técnica.

As exigências de um olhar complexo têm estimulado o desenvolvimento de uma abordagem multidimensional, relacional e crítica. Pesquisadores espalhados em diferentes instituições do país estão trabalhando na produção de respostas para os novos e velhos problemas da sociedade.

Uma Geografia multidimensional, relacional e crítica

Para enfrentarmos os desafios referentes à necessidade de produção de um conhecimento geográfico, capaz de oferecer respostas aos problemas inerentes a uma sociedade complexa, é preciso uma abordagem multidimensional, relacional e crítica. Quando os problemas são tratados de forma isolada, ou seja, de maneira fragmentada e sem as devidas relações, as explicações produzidas dificilmente avançam além das velhas formulações pautadas na causalidade e na linearidade.

A Geografia precisa aproveitar e potencializar ainda mais a sua capacidade intrínseca de trabalhar com o espaço, com o tempo, com a sociedade e com a natureza. Morin (2001), considerou a Geografia como ciência multidimensional que vai da

Geologia aos fenômenos sociais e, segundo Dantas (2008), “[...] a geografia talvez seja o saber que mais vivencia a experiência de poder tecer um conhecimento ancorado na interface dos outros saberes [...]”.

Na tentativa de aprofundar a discussão, apresentamos as dimensões do conhecimento que consideramos como parte constitutiva da essência da Geografia: a dimensão natural-ambiental, a dimensão econômica, a dimensão política, a dimensão social, a dimensão cartográfica, a dimensão histórica, a dimensão cultural e a dimensão demográfica. As dimensões apresentadas estão inter-relacionadas no espaço geográfico umas com as outras, o que caracteriza a multidimensionalidade e o processo relacional do conhecimento geográfico. A figura 1 ilustra a argumentação apresentada.

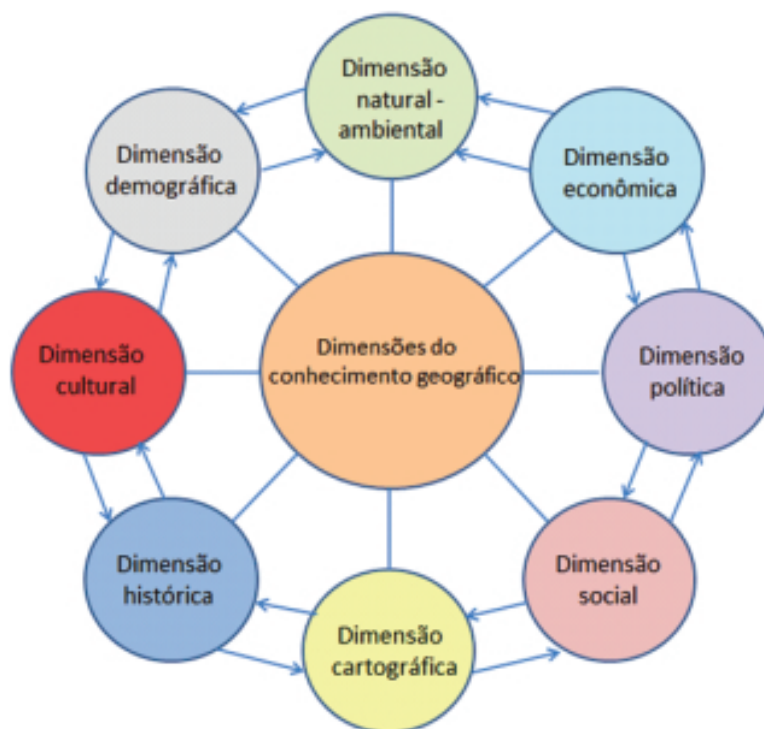


Figura 1 – Dimensões do conhecimento geográfico

Fonte: elaborado pelo autor (2018)

Para isso, explicitamos as referidas dimensões:

- A dimensão natural-ambiental envolve os elementos da natureza como: o clima, a base geológica, as formas de relevo, as

bacias hidrográficas, o ciclo da água, a vegetação, os tipos de solo, a biodiversidade, a dinâmica presente nos processos da natureza, a paisagem natural, a importância do meio ambiente para a qualidade de vida da população, a necessidade de preservação da natureza; bem como os problemas ambientais ligados ao uso social inadequado da natureza, ocasionado pela ação antrópica (poluição do ar, poluição da água, uso inadequado do solo, erosão, assoreamento, desmatamento, queimadas, desertificação, efeito estufa, ilhas de calor, descarte irregular de lixo etc.).

- A dimensão econômica aborda as formas de produção, circulação e consumo da mercadoria, os modais de transporte, os setores da economia (primário, secundário, terciário), o sistema financeiro internacional integrado em redes, as empresas multinacionais e transnacionais e a sua influência no espaço geográfico mundial, os blocos econômicos regionais (ex. Mercosul e União Europeia), o poder econômico exercido pelos países centrais, as organizações internacionais e a sua influência econômica (ex. Organização Mundial do Comércio - OMC, Organização das Nações Unidas - ONU), os fluxos comerciais pelo mundo, as redes e os nós de poder e dominação econômica, a Divisão Internacional do Trabalho - DIT, a globalização e as suas contradições, as desigualdades na distribuição da renda e da riqueza em uma sociedade constituída por classes sociais, a concentração de renda e seus efeitos perversos para a população (especialmente para os que vivem em países periféricos).

- A dimensão política diz respeito à apropriação e uso do território, as relações de poder estabelecidas no uso do território, as contradições na gestão do território, as disputas políticas pelo território, às diferentes formas de governos, as políticas públicas e os seus objetivos/interesses, a democracia representativa, a participação da comunidade na gestão democrática do território, as territorialidades, a desterritorialização e a reterritorialização, a complexidade do espaço urbano e rural e a sua gestão, o conceito de cidadania, o direito à cidade e a justiça social.

- A dimensão social trata das questões inerentes à organização social da população, as relações sociais estabelecidas entre as pessoas no espaço geográfico, a divisão de classes

produzida pelo modo de produção capitalista, a luta de classes no interior do modo de produção capitalista, o trabalho social humano e a produção do espaço, as contradições na produção do espaço, as limitações para a mobilidade social (vertical), os conflitos sociais existentes no uso do território, as relações de gênero, o respeito às diferenças e aos grupos minoritários, os direitos humanos e a sua efetivação na vida cotidiana das pessoas.

- A dimensão cartográfica envolve a linguagem cartográfica, a localização absoluta e relativa no espaço geográfico, à leitura e produção de mapas, as escalas cartográficas, as coordenadas geográficas, os fusos horários, o geoprocessamento, o uso de dados georreferenciados, o Sistema de Posicionamento Global - GPS, o Sistema de Informação Geográfica - SIG e o mapeamento do espaço virtual produzido pelo avanço nas técnicas.

- A dimensão histórica aborda o tempo e a sua relação indissociável com o espaço, os processos históricos e as transformações na paisagem ocorridas no transcorrer do tempo, a luta de classes no tempo e no espaço, a ocupação social do território e suas contradições, assim como as relações historicamente instituídas.

- A dimensão cultural trata da diversidade étnica e cultural presente no espaço geográfico, a paisagem cultural, as distintas formas de manifestações humanas, a religiosidade, as crenças e costumes, as tradições (permanência e ruptura), a ética e a moral presentes em cada comunidade/território, a produção artística, os símbolos e os seus significados, a arte e sua relação social, o lugar e as suas representações simbólicas, o lugar e as suas identidades culturais, a cultura global x a cultura local e a resistência cultura estabelecida pelas comunidades tradicionais frente às imposições da globalização.

- A dimensão demográfica aborda a dinâmica da população, as migrações e os motivos dos fluxos migratórios (internos e externos), os tipos de mobilidade humana no espaço geográfico, a mobilidade do consumo, o processo de transição demográfica, as taxas de natalidade e mortalidade, a mortalidade infantil e sua relação com a saúde pública, os desafios existentes com o envelhecimento da população, a xenofobia, a problemática dos

refugiados, as barreiras para a imigração, as questões de gênero, os quilombolas, os grupos indígenas, o movimento LGBT e os direitos humanos da população.

As dimensões indicadas estão relacionadas umas com as outras, pois no mundo real não existe fenômeno isolado e sem relação com a totalidade. As interações são percebidas por Moreira (2011) da seguinte maneira: “os homens entram em relação com o meio natural através das relações sociais travadas por eles no processo de produção de bens materiais necessários à existência”. Vesentini (2009), também comunga da ideia de que o raciocínio geográfico procura relacionar os fenômenos físicos, biológicos e sociais:

O raciocínio geográfico também - ou antes de tudo - incorpora as relações, ou seja, é relacional. Relações entre humanidade - ou sociedades humanas - e o seu meio ambiente (natural e cultural). Relações natureza-humanidade, como enfatizaram os clássicos (Humboldt, Ritter e vários outros). Ou relações da sociedade com o seu espaço (construído, fruto da transformação da natureza pela ação humana), como preferem os geógrafos mais recentes. Também relações entre elementos naturais entre si (relevo, solos, clima, vegetação, águas), e entre os elementos humanos (população com seus aspectos demográficos, econômicos, sociais e culturais; produção e circulação; relações de força ou de poder) (VESENTINI, 2009, p. 101-102).

É notório que tem crescido significativamente o número de pesquisas que procuram compreender a complexidade envolvida nas interações entre as partes e o todo e entre o todo e as partes. Estudos que estabelecem as relações entre as dinâmicas da sociedade e da natureza, atentando para as suas possíveis conexões. De acordo com Morin (2001):

[...] o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes (MORIN, 2001, p. 14).

Para que o conhecimento geográfico cumpra com o seu papel social no início do século XXI, também é fundamental o desenvolvimento do pensamento e da atitude crítica. No entanto, não basta a crítica pela crítica, ou uma crítica ligada a um movimento ortodoxo que limita a sua abordagem interpretativa. Nesse aspecto, é preciso ir além de um discurso crítico. O pensamento e a atitude crítica devem ser revigorados a partir de uma leitura interdisciplinar e complexa da relação entre a sociedade e a natureza. Sem isso, dificilmente a Geografia poderá avançar frente aos novos desafios globais.

O despertar do pensamento crítico no interior da Geografia ocorreu a partir da década de 1970, primeiramente nos Estados Unidos com o movimento radical. Para Peet (1982), a ciência radical procura as explicações para os problemas sociais e encoraja a população ao engajamento. A revista *Antipode*, fundada na Universidade de Clark, foi um canal importante para a divulgação do movimento radical. No Brasil, o debate chegou com folego na década de 1980. No entanto, a Geografia Crítica (que ganhou grande representatividade tanto nos departamentos universitários como no ensino de Geografia), ficou excessivamente presa em um discurso crítico contra o capitalismo. Não estamos aqui negando a importância da crítica ao capitalismo, que por sinal foi e ainda é de grande validade. O que estamos questionando é a centralidade do discurso na crítica ao capitalismo e o pequeno avanço na produção de alternativas capazes de reverter o paradigma dominante. Segundo averiguou Vesentine (2004), uma Geografia transformadora necessita de criticidade e engajamento:

Criticidade entendida como uma leitura do real – isto é, do espaço geográfico – que não omita as suas tensões e contradições, tal como fazia e faz a geografia tradicional, que ajude a esclarecer a espacialidade das relações de poder e dominação. E engajamento visto como uma geografia não mais “neutra” e sim comprometida com a justiça social, com a correção das desigualdades socioeconômicas e das disparidades regionais (VESENTINE, 2004, p. 223).

O movimento crítico, ao romper com a neutralidade

pregada pelo positivismo, abriu as portas para um fecundo diálogo com os movimentos sociais (ligados aos direitos à habitação, à terra, à saúde e à educação), bem como no combate a miséria, aos preconceitos de gênero, de orientação sexual, entre outros temas. No entanto, limitou os avanços na inovação técnica e tecnológica ao centrar suas ações no discurso contra o capitalismo, deixando a Geografia distante da produção de ponta. Ainda assim, um dos méritos da Geografia Crítica é o questionamento do papel da técnica, os seus benefícios e os seus impactos negativos na sociedade e no meio ambiente.

Consideramos importante a religação entre a construção de um discurso crítico associado com a produção de técnicas e tecnologias avançadas, criativas e inovadoras. A Geografia não pode menosprezar o campo da inovação técnica, nem se desfazer do seu instrumental, visto que as tecnologias inovadoras podem ser utilizadas em benefício da população, como procurou demonstrar Milton Santos (2004), ao tratar das possibilidades de produção de uma outra globalização.

Em um período marcado pela forte concentração de renda existente no mundo (que resulta em profundas desigualdades socioeconômicas, resultado de uma sociedade dividida em classes), a perspectiva crítica revigorada da Geografia poderá promover ações dotadas de técnicas e tecnologias transformadoras (especialmente ligadas ao planejamento territorial, planejamento ambiental, desenvolvimento territorial, gestão pública do território, georreferenciamento, geotecnologias, entre outros), capazes de contribuir para a construção de um mundo melhor e mais justo.

Considerações Finais

As discussões e reflexões apresentadas no transcórper do artigo levaram em consideração os objetivos e a problemática inseridos na introdução, os quais nos permitem estabelecer algumas considerações, dentre elas destacamos as seguintes: 1 - A Geografia no início do século XXI tem que se comprometer com a

produção de uma análise multidimensional, relacional e crítica da relação entre a sociedade e a natureza. Essa relação é mediada pelo trabalho, cujo resultado é a produção de um espaço geográfico cada vez mais complexo e repleto de contradições.

2 - É preciso superar a demasiada fragmentação do conhecimento geográfico e unir as partes com o todo tendo em mente a interação entre os fenômenos estudados. Sem isso, vamos continuar a produzir um conhecimento descolado da totalidade. O que tem pouca utilidade em um mundo altamente fluido e globalizado.

3 - Uma parcela do conhecimento elaborado atualmente pela Geografia já tem caminhado na direção de despertar a consciência, a atitude e a ação crítica com relação aos problemas ambientais, a desigualdade social, a segregação espacial, a globalização econômica perversa, a concentração de riqueza, o aumento da pobreza, entre outros temas característicos das sociedades capitalistas liberais. Porém, também é necessário continuar avançando rumo a proposição de técnicas e tecnologias criativas capazes de solucionar os problemas ambientais e socioeconômicos.

4 - O conteúdo de Geografia ensinado nas escolas deve ter como intuito contribuir para uma formação crítica e voltada para a cidadania, considerando a necessidade de conhecer o mundo com suas múltiplas escalas geográficas (global, nacional, regional e local), bem como estabelecer uma relação responsável com o meio ambiente, combater os preconceitos, defender a democracia, respeitar as diferenças culturais, combater as desigualdades sociais e atuar na transformação da realidade. Um conteúdo somente descritivo e descolado da realidade não tem encontrado adeptos entre os estudantes do ensino fundamental e médio.

5 - A Geografia precisa recuperar o controle e avançar na produção das técnicas ligadas ao Sistema de Informação Geográfica - SIG, bem como ao planejamento territorial e ambiental, caso contrário perderá cada vez mais relevância acadêmica para outras áreas. Além do mais, necessita ampliar os canais de discussão sobre o uso político dessas tecnologias e quais são os resultados desejados.

Para que as mudanças ocorram, Suertegaray (2008, p. 203) considera necessário o estabelecimento de uma Geografia da ação que construa responsabilidade social. “Trata-se de resgatar, enquanto possibilidade de vivência responsável, a solidariedade (com os outros), o cuidado (com os objetos) e a responsabilidade ética (com as ações)”. Alicerçada nessa base, a Geografia tem condições de produzir ideias originais com potencialidade transformadora.

Além de aprofundar a sua crítica com relação aos problemas econômicos, sociais e ambientais criados pela ganância do capitalismo neoliberal, a Geografia precisa avançar na crítica da própria Geografia. Uma ciência incapaz de promover uma autocrítica limita as suas possibilidades de atuação e inserção rumo à produção de alternativas ao sistema dominante.

Frente ao exposto, acreditamos que a Geografia, nas primeiras décadas do século XXI, continua relevante para a sociedade. Em um mundo complexo como o que vivemos – repleto de contradições e de tensões – a análise multidimensional, relacional e crítica do espaço geográfico permite aos sujeitos compreenderem que a crise ambiental, os preconceitos culturais, os problemas socioeconômicos e os conflitos geopolíticos são produtos das decisões políticas tomadas na busca por acumulação e centralização de capital e poder. Reverter essa situação é tarefa para os que acreditam em um mundo melhor.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.

CAPEL, H. **La personalidad geografia de Varenio.** Ediciones de la Universidade de Barcelona: Barcelona, 1974.

_____. **Filosofia e ciência na geografia contemporânea:** uma introdução à geografia. Maringá: Massoni, 2004.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Tabela de áreas de conhecimento/avaliação**. 2017. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf>. Acesso em: 23 de fev. 2019.

CARVALHO, M. B. Geografia e Complexidade. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. (org.) **Geografia**: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2015.

COSTA, F. R. **Geografia**: correntes do pensamento e conceitos. Curitiba: CRV, 2017.

COSTA, W. M. Ciência, tecnologia e crise da Geografia. **Geosp** - espaço e tempo, São Paulo, n. 12, p. 57-70, 2002.

DANTAS, E. M. Caminhos de uma geografia complexa. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. (org.) **Geografia**: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

DRESCH, J. Reflexões sobre a Geografia. **Geosp** - espaço e tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 207-214, 2016. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/114858/112925>>. Acesso em: 08 out. 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: éditions Anthropos, 1974.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1983.

_____. **A gênese da Geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Pensar e ser em geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PEET, R. O desenvolvimento da geografia radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. 11 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, L. R. **Do senso comum à Geografia científica.** São Paulo: Contexto, 2017.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia:** Geografia e ideologia. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOJA, E. **Geografia Pós-Moderna:** A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. A. A. Multidisciplinaridades na pesquisa geográfica contemporânea. In: ROCHA, M. M.; GARBIN, E. **Multidisciplinaridade na pesquisa geográfica.** Maringá: UEM-PGE editora, 2015.

SUERTEGARAY, D. M. A. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da geografia. In: SILVA, A. A. D.; GALENO, A. **Geografia:** ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. 2 ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

VESENTINI, J. W. Realidades e perspectivas do ensino de geografia no Brasil. In: VESENTINI, J. W. (org.). **O ensino de geografia no século XXI**. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

_____. **Repensando a Geografia escolar para o século XXI**. São Paulo: Plêiade, 2009.

VITTE, A. C. (org.) **Kant, kantismo e a geografia**: história, percalços e possibilidades. Curitiba: Appris, 2014.

_____. A geografia da revolução científica moderna: uma introdução. In: HARACENKO, A. A., et al. (org.). **Geografia**: temas e reflexões. Maringá: Eduem, 2015.

Fábio Rodrigues da Costa - Possui graduação em Geografia pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (2002), mestrado em Geografia (2005) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2013). Atualmente é professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4708-1480>

Recebido para publicação em 5 de setembro de 2020

Aceito para publicação em 1 de novembro de 2020

Publicado em 30 de dezembro de 2020